

## 2 Os enfoques interpretativos da gravidez na adolescência na contemporaneidade

O mundo contemporâneo personifica a idéia do veloz, do supersônico. As mudanças ocorridas nos modos de vida embaralham-nos as mentes. Nós adultos conseguimos detectar o grande salto que a humanidade deu desde a invenção da roda. Passamos da era do trabalho manual para a era da comunicação mundial, da globalização, num tempo que nos parece apenas um segundo.

Há décadas atrás, nem se considerava a “idade adolescente”. Hoje as divisões se fizeram necessárias, as responsabilidades precisaram ser divididas por gênero, por idade e por classe; assim surge a infância e a adolescência. Segundo Freitas (2002), a noção de adolescência surge justamente no momento em que as transformações sociais separam as esferas da vida privada da vida pública, ou seja, as tribos, as comunidades familiares e as grandes famílias patriarcais desaparecem pressionadas pelas migrações.

Assim, as famílias precisam bastar a si mesmas, transmutam-se num pequeno núcleo constituído por pai, mãe e irmãos, e cada membro precisa tomar o seu lugar. Freitas (2002) aponta que a família moderna, tem características próprias, não se mistura com a coletividade. Há um sentimento de “nossa família”, “nossa casa”. A família passa a existir enquanto um valor, sua função primordial é a educação dos filhos, o bem estar das crianças.

Porém as transformações sociais com suas ordens ditadas de um âmbito extra familiar, exigem adaptação imediata, sem que para isso ofereça condições ou preparação prévia. Deste modo, a própria população adulta, menos preparada, sente-se perdida ainda no roldão de acontecimentos, tentando sobreviver numa esfera social onde o mercado de trabalho passa a exigir cada vez mais anos de estudos e maior preparação técnica, o que poucos alcançam. Assim precisam cada dia mais e com maior intensidade dedicar-se ao trabalho que lhes subtrai o

tempo de convívio familiar, exigindo dos adolescentes maior autonomia nas resoluções dos problemas concernentes à idade. Nesse aspecto, Medrado e Lyra (1999) consideram:

*“As atitudes individuais são condicionadas tanto pela família quanto pela sociedade. A sociedade tem passado por profundas mudanças em sua estrutura, inclusive aceitando melhor a sexualidade na adolescência, sexo antes do casamento e também a gravidez na adolescência. Portanto, tabus, inibições e estigmas estão diminuindo e a atividade sexual e gravidez aumentando”* (Medrado e Lyra, 1999, p.48).

As escolas surgem como um novo complemento familiar, os pais cada vez mais sem tempo para a convivência familiar, delegam às escolas a tarefa de educar seus filhos com a completude que é desejável pela família. Freitas (2002, p.33) considera que *“a família e a escola vão ser os dois principais fatores para a saída das crianças do mundo dos adultos.”*

Hoje com a continuação e provável acirramento desta condição, o ensino público fundamental sem reformas, não consegue oferecer atrativos capazes de despertar o interesse dos jovens por uma melhor formação, o que poderia diminuir os índices de fecundidade na adolescência. Segundo pesquisas da BENFAM (1996). Como demonstram os dados produzidos por esta organização:

*“A fecundidade tende a diminuir com o aumento de escolaridade e de rendimento. Este é um indicador de extrema consistência e deve ser incorporado pelos gestores de políticas públicas. O incremento da educação no País, o incentivo para que brasileiras (os) prossigam na educação formal além do ensino fundamental apresenta reflexos imediatos na saúde reprodutiva de toda população.*

*No Brasil, em 1996, a proporção de mulheres de 15 anos que já tinham começado sua vida reprodutiva chegava a 55% entre as que não tinham nenhuma escolaridade; 19% entre as que tinham de 5 a 8 anos de estudos, e menos de 10% entre as que tinham de 9 a 11 anos de estudo”.*<sup>1</sup>

Assim como outros autores e os resultados das pesquisas dos órgãos especializados, os trabalhos desenvolvidos junto aos adolescentes moradores de comunidades, oriundos de famílias carentes e usuários da rede pública de educação, têm revelado que a maioria dos adolescentes que se tornaram pais na faixa etária entre 13 e 18 anos, já havia

<sup>1</sup> Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM). <http://www.redesaude.org.br/dossies/dossiessr.html>, 199, p.15.

interrompido os estudos antes do evento da gravidez. Entre as meninas ocorre o contrário, uma vez que a maioria delas ainda se encontra estudando quando ocorre o evento da gravidez. Entretanto, após o parto elas, em sua grande maioria, não retorna aos bancos escolares, engrossando as estatísticas de mães com baixa escolaridade das classes menos favorecidas. O que, supomos, não aconteceria se tivessem continuado a estudar e a receber estímulos pedagógicos e culturais como acontece com as meninas de classe social mais favorecida e talvez nem pensassem numa gestação, porque de uma forma ou outra, a escola representa um fator de proteção para elas.

O advento do aumento da gravidez precoce na atualidade está sendo relacionado à precariedade da educação e ao aumento da pobreza, pela má distribuição da renda no país. Adriana Lippi Waissman, médica obstetra do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, especializada em gravidez na adolescência, declara que:

*“Acredita-se, atualmente que os riscos da gravidez durante a adolescência, sejam mais determinados por fatores psicossociais relacionados ao ciclo da pobreza e educação existente, e fundamentalmente, a falta de perspectivas na vida dessas jovens sem escola, saúde, cultura, lazer e emprego; para elas, a gravidez pode representar a única maneira de modificarem seu status na vida.”*<sup>2</sup>

A médica Adriana Lippi cita também em seu trabalho, Sarmento (1990), que afirma:

*“A gravidez é uma fase da vida que não depende da idade da mulher pode ocorrer a qualquer momento desde que haja as condições fisiológicas e ambientais apropriadas para propiciá-la”*<sup>3</sup>.

Porém a situação ocasional que propicia o advento da gravidez não pode prever as complicações subseqüentes a este advento. Nesse aspecto, Waissman cita outros autores que abordam em primeiro lugar a questão da saúde emocional das jovens mães, considerando não só o aspecto físico, mas também o emocional. Para a médica *“(...) a gravidez é um período de vida da mulher, no qual ocorrem profundas transformações endócrinas, somáticas e psicológicas que repercutem*

<sup>2</sup> [www.uol.com.br/psicopedagogia/artigos/gravidez.htm](http://www.uol.com.br/psicopedagogia/artigos/gravidez.htm), 1999.

<sup>3</sup> In – WAISSMAN, Adriana . L., Gravidez adolescente, [www.uol.com.br/psicopedagogia/artigos/gravidez.htm](http://www.uol.com.br/psicopedagogia/artigos/gravidez.htm), 1999.

*em sua vida*”. Essas mudanças ocorrem da mesma maneira durante a adolescência, o que, de acordo com alguns autores favorece o agravamento da crise comum a ambas as fases do desenvolvimento, pois alegam que gravidez e adolescência são períodos críticos de vida. (Galletta et al, 1997; Kahhale, 1997a; Sarmiento, 1990; Maldonado, 1997)

A intensidade da criticidade no período adolescente parece estar diretamente ligada à condição econômica e à baixa escolaridade. Junte-se a isso, o que podemos considerar como um dos aspectos fundamentais do problema, a condição e o papel da mulher nos segmentos menos favorecidos pelos estudos formais e pelos conhecimentos do que seja uma sociedade igualitária nas questões de gênero, como comentaremos a seguir.

## 2.1

### **A construção da feminilidade / masculinidade, segundo os modelos familiares e do ambiente social em que vivem os adolescentes**

Os aspectos psicossociais da família, não podem ser ignorados, quando se pretende investigar a questão da gravidez na adolescência, sobretudo quando se pretende referir às famílias de menor poder aquisitivo e menor acesso à cultura, pois este aspecto constrói a articulação entre, família, adolescente e classe social.

Ariès (1981, p.49) considera que os termos “família” e “infância” estão articulados entre si, pelo surgimento de um “sentimento de família” e de um “sentimento de infância”. Tendo como base o contexto europeu o autor explicita que a evolução da família está composta por três fases distintas, sendo elas: (a) a família medieval, onde a criança era desvalorizada e afastada do lar sob a alegação de precisar “formar-se”; (b) a família do século XVII, que teria sido marcada pela preocupação dos pais com a saúde e formação moral das crianças que assim, foram trazidas de volta ao lar e (c) a família moderna, que surge após a evolução dos costumes.

Os novos progressos da intimidade familiar, o interesse pelas questões de higiene e de saúde que fazem evoluir um sentimento de infância e família, centralizado nos pais e nos filhos em oposição ao mundo exterior.

Entretanto, esta evolução, ainda segundo Ariès (1981, p.50), iniciou-se na burguesia, na população mais pobre, já no início do século XIX. De acordo com o autor, não existia o sentimento de casa e de família; ainda se fazia presente o sistema tribal ou comunitário. Somente mais tarde o modelo burguês se estendeu a toda a sociedade,

estabelecendo assim uma relação entre sentimento de família e o sentimento de classe.

Ariès afirma ainda que essa separação baseada na condição econômica pode ser observada nas escolas a partir do século XVIII, quando este corpo social único que aglutinava várias idades e diversas condições sociais, dá lugar a pequenas sociedades, pois as famílias passam a reunir-se em função da sua semelhança moral e econômica, a partir do momento em que o sistema de ensino primário fica restringido às crianças pobres e os filhos das famílias burguesas são enviados aos colégios.

Por serem consideradas incapazes para o aprendizado formal às meninas reservava-se a educação caseira, com ensinamentos sobre os serviços domésticos, como bordados, costuras e culinária. Ainda mais demorada, foi a inserção da mulher negra no ensino formal, e mesmo ao serem inseridas, as meninas recebiam ensinamentos diferentes dos meninos. A escola que foi construída pela sociedade moderna ocidental começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes e também se fez diferente para ricos e pobres e separou também meninos de meninas (Gonçalves, 2000, p.44).

Apesar de, nos últimos anos, as mulheres terem cursado carreiras consideradas historicamente masculinas como matemática, engenharia ou química, estas conquistas não ecoam na instituição escola, onde se continua pensando que a mulher não é boa para matemática. (Moreno Apud Martinez, 1999)<sup>4</sup>.

Nas famílias dos adolescentes entrevistados no interior da comunidade em foco, nota-se que traços profundamente enraizados na vida rural sobrevivem ainda hoje, contribuindo para a perpetuação de mitos e a cristalização de papéis, ignorando a contínua transformação de valores e modelos culturais do mundo moderno.

Autores como Boltansky (1977, p.53), afirmam que os conhecimentos estão em constante mudança, entre os membros de

---

<sup>4</sup> MORENO, Apud Martinez, 1999, in. <http://www.antroposmoderno.com>, em 03/01/2007.

qualquer classe social. Entretanto, as transformações que ocorrem no interior das outras classes sociais, são o resultado das mudanças ocorridas no topo da hierarquia social, proporcionadas pela qualidade da educação e pela circulação de informações.

Porém, ainda segundo Boltansky (1977, p.54), “essas mudanças sociais são monopólio das classes dominantes”.

Assim, de acordo com o autor, nas famílias pobres, o ritmo dessas transformações varia em função da distância social que as separa da classe dominante.

Desta forma, nas famílias dos jovens em foco neste estudo, que possuem menor grau de instrução, a integração dessas inovações ao sistema de valores, exige dos sujeitos sociais um trabalho de reinterpretação muito mais longo e dispendioso, à medida que as mesmas se localizam na base da escala social. Assim, a partir dessas reinterpretações, estrutura-se nas famílias pobres, uma dinâmica originada da tentativa de acompanhamento das transformações sociais, que pode muitas vezes constituir-se numa crueldade contra a mulher. Por exemplo, no tocante à divisão das tarefas domésticas e dos papéis sociais.

Nos tempos atuais, nas famílias de baixa renda, mesmo quando compostas por pai, mãe e filhos, seguindo o modelo de transformação social, a mãe está no mercado de trabalho, com igual jornada diária, e muitas vezes com igual salário (mínimo nacional) ao do homem, porém enfrenta uma segunda, e por vezes, terceira jornada de trabalho, que é constituída pelo cuidado com a casa e com os filhos.

Na obra *Ao Sul do Corpo* (1993, p.38), Mary Del Priore, examinando a historicidade dos modelos familiares, comenta que o casal e a vida conjugal eram valorizados também pela repartição e diferenciação criteriosa de tarefas. E coloca esta divisão como delimitadora dos papéis sociais de gênero. Segundo a autora, a mulher deveria fazer o trabalho de base de todo o edifício familiar: educar cristãmente a prole, ensinar-lhes as primeiras letras e atividades, cuidar

do sustento e da saúde física e espiritual, obedecer e ajudar o marido. Enfim, ela seria responsabilizada pelo sucesso, ou fracasso, do processo civilizatório da sociedade familiar.

Este comportamento é explicado por Ávila Neto (1980), que avalia que tanto mulheres quanto homens manifestam tendências às idéias preconceituosas a respeito da condição feminina no Brasil.

A autora considera que estas idéias refletem o esquema de dominação social, isto é, “a relação opressor/oprimido, que tem suas raízes no sistema patriarcal tradicional brasileiro, onde o senhor era o dono absoluto de seus escravos, sua mulher e sua descendência.” (Neto,1980, p.16).

Segundo Áries (1981, p.33), na contemporaneidade, a transformação da família moderna se faz acompanhar pela mudança no nível das relações sociais. Os espaços coletivos de sociabilidade são destruídos pelo crescimento das cidades, o surgimento da televisão e do carro, que fazem dos espaços coletivos meros locais de deslocamento entre a casa e o trabalho. Nos lares e nas famílias estas mudanças propiciaram o isolamento das pessoas.

Assim, a sociabilidade destruída, passa a ser a necessidade das famílias, a hipertrofia das funções e as dificuldades para desempenhar todos os papéis imputados a elas neste último meio século. Segundo Ariès, estes fatores vão provocar um desequilíbrio na estrutura familiar. Porém, o autor considera que a causa dessa crise não está na família e sim na cidade. Megalópoles como o Rio de Janeiro, por exemplo, aglutinam classes sociais muito diferenciadas e, geograficamente, muito próximas umas das outras. É comum visualizar-se sobre as encostas que circundam grandes mansões, as favelas com seus barracos de madeira ou pequenas casas de alvenaria construídas em áreas de risco ou de proteção ambiental, como é o caso da comunidade em foco.

A proximidade geográfica destas duas classes sociais tão diferenciadas, por vezes, pode proporcionar a construção de vínculos,

mesmo que sejam apenas empregatícios, já que a maioria das mulheres da comunidade em foco é empregada doméstica. Esta proximidade proporciona, às mulheres pobres, a observação da dinâmica familiar, da função social e da posição ocupada pelas mulheres de maior poder aquisitivo.

Porém, a função social da mulher é influenciada pelas articulações estabelecidas pelo trinômio, família / adolescente grávida / classe social. As vivências e as representações sobre a família e a inserção da mulher nesse núcleo, num grupo de mulheres faveladas, foram investigadas por Salem (1981), apontando a importância do meio social na determinação do papel feminino. A autora explicita que a internalização da ideologia patriarcal e a divisão de papéis sexuais reforçam a definição da identidade feminina através da família, ou seja, ser filha, esposa ou mãe, é sinônimo de ser mulher, (Salem,1981, p.38).

Após 20 anos de trabalho junto aos jovens, participantes dos projetos na comunidade em foco, pode-se inferir que suas famílias, em geral, tendem a educar seus filhos (homens) objetivando a obtenção de empregos, para que auxiliem no orçamento familiar. Quanto às filhas, são educadas para cuidar da casa e das crianças, talvez prevendo que o casamento pode ocorrer precocemente sendo acompanhado, muitas vezes, de vários filhos. Por sua vez, as famílias de classe média e alta, priorizam a atividade intelectual de ambos os sexos e entre seus jovens; o casamento é adiado, geralmente, para depois do término dos estudos.

As declarações dos jovens entrevistados nos levaram a identificar, que a formação da sua identidade e a variação entre as culturas de gênero relacionam-se na explicação de seu comportamento. A superação de crises e seu processo de socialização, construídos a partir do compartilhamento recíproco de situações, são determinados pela influência de categorias culturais do masculino e do feminino que variam em extensão e conteúdo.

Os jovens filhos das classes economicamente privilegiadas têm possibilidade de superar as possíveis crises familiares, substituindo-as

pela educação de qualidade, pela diversidade de opções de esporte e lazer ou mesmo pela presença efetiva de seus pais, uma vez que os mesmos não necessitam cumprir tantas horas diárias de trabalho quanto os pais das famílias pobres. Levisky (1995), falando da necessidade do adolescente de afastar-se dos pais, na busca pela independência, comenta em seu livro “Adolescência” que, nas classes mais abastadas:

*“(...) Nesta época, a maioria dos jovens está entrando para uma universidade ou dirigindo-se a um trabalho. Suas possibilidades de independência aumentam, agora com um afastamento real dos seus pais. (...) Muitos vão para outras cidades estudar, viajam de férias com seus amigos ou extravasam sua autonomia formando a “juventude shopping”, que se limitam a freqüentar centros comerciais, cuja preocupação se restringe à aparência.” (Levisky, 1995, p.46)*

Entretanto, na categoria dos jovens selecionados para este estudo, ao chegarem nesta fase, a maioria ainda se encontra cursando o ensino fundamental. Suas possibilidades de independência são ínfimas e suas atividades ainda se restringem à freqüência escolar e à convivência junto ao grupo comunitário. Quanto a isto Levisky comenta: *“As características desta marcha para a independência dependem do nível sócio-econômico e das prerrogativas que definem o estado adulto desta sociedade” (Levisky, 1995, p.46-49).*

Os jovens das classes menos favorecidas, por falta de opções de lazer, viagens ou possibilidade de consumirem em *shopping* e, principalmente, pelo fator que provavelmente é o mais grave, a dificuldade que têm de desenvolver suas habilidades e potenciais, devido à sua baixa escolaridade e à falta de estímulo na infância e primeira adolescência. Estes fatores diminuem, para o jovem menos privilegiado economicamente, a possibilidade de reconhecimento de sua “transição” do mundo infantil para o adulto.

As sociedades estabelecem os elementos que definem o status infantil e adulto, bem como a modalidade de resolução desta transição. A escolaridade, por exemplo, pode ser utilizada como um dos critérios presentes em nossa cultura, e caracteriza uma diversidade de status dentro da sociedade (Levisky, 1995, p.46-49). O adolescente carente, que necessita destes pré requisitos para realizar a tão sonhada transição,

muitas vezes por não possuí-lo, utiliza-se das referências disponíveis em seu meio social para a construção da sua identidade sexual.

Ao considerar a questão da identidade sexual, é preciso que consideremos tanto as influências biológicas quanto as referências contextuais, que participam da definição de gênero de qualquer indivíduo. A despeito de toda evolução na contemporaneidade, as referências que invadem o imaginário do jovem adolescente parecem estar sempre permeando a vivência da sua sexualidade. Ele é continuamente convocado a consumir imagens mais que a refletir, a elaborar, ou a pensar, uma vez que a mídia, através da televisão, constitui ainda a forma principal de comunicação do adolescente oriundo de famílias de baixa renda, o que termina por diminuir sua oportunidade de desenvolver a capacidade de reflexão e de interpretação que são constituintes de uma inteligência adulta.

A constituição de uma inteligência adulta é, inegavelmente, um estágio desejável a todo adolescente, uma vez que a evolução da inteligência e das potencialidades dá qualidades fundamentais à organização da personalidade. Mas segundo o mesmo autor, nem todos os adolescentes têm a oportunidade de atingir tal nível evolutivo.

*Populações de baixo nível sócio-econômico-cultural não têm as mesmas oportunidades para realizar a passagem do raciocínio concreto para o hipotético-dedutivo. As perturbações precoces dos primeiros vínculos afetam a formação e o desenvolvimento da vida cognitiva e simbólica. O espaço lúdico, transicional, não se estabelece, ou, se ocorre, é de forma incipiente. (Levisky,1995, p.39)*

Por isto, os jovens das classes menos privilegiadas, em particular os adolescentes pesquisados, tendem a reinventar formas de superar os efeitos das adversidades e das crises que enfrentam. Entretanto os resultados efetivos dessas formas de superação não são equiparáveis aos das classes altas, alguns sendo mesmo desastrosos, como é o caso da inserção no tráfico de drogas, para os meninos e da iniciação sexual precoce, para as meninas, como comentaremos no capítulo a seguir.

## 2.2 Sexualidade reprodutiva: maternidade/paternidade e a questão dos direitos

A questão da maternidade, principalmente nas classes populares, vem sendo historicamente vista de forma discriminatória e moralista, que a coloca como algo santificado, desassociado da individualidade e da sexualidade. Como afirma Del Priore (1993):

*“(...) A medicina aliou-se à igreja, e foi mais um dos instrumentos de domesticação da mulher, asseverando cientificamente que a função natural da mulher era a procriação. “Fora do manso território da maternidade, alastrava-se a melancolia, vicejava a luxúria e por tudo isso a mulher estava condenada à exclusão.” (Del Priore, 1993, p.27)*

As jovens contemporâneas, não escapam das influências sociais, que mantêm fortemente associadas maternidade e identidade feminina e atribui à mulher a função natural da maternidade e reservam a elas papéis domésticos de mãe e esposa.

No caso das adolescentes que estão na fase de transição entre a vida infantil e a vida adulta, estão em busca da construção de uma identidade. Segundo Almeida (2003), estão também na fase de rápido aumento da capacidade de compreensão. Este autor afirma que este aumento da capacidade para o pensamento puro e a abstração, leva o adolescente à análise dos conceitos da sociedade em que está inserido, (amor, religião, política, arte, a vida e a morte), passam a ser dissecados com interesse. *“Nesta evolução, tem papel primordial a família, que lhe deve fornecer um modelo, com interesse pela cultura, com quem possa se identificar.” (Almeida, 2003, p.77).*

Porém, no grupo de jovens pesquisado, a grande maioria só pode contar com modelos dilacerados de família e com uma cultura ínfima. Assim, seu processo de identificação e sua análise dos conceitos sociais parecem ficar prejudicados pela confusa comparação do ideal com o real.

Rocha Coutinho (1994), em sua análise histórica, mostra um fato que vai caminhar juntamente com a idéia da nova família, que é a

“revolução sentimental” no século XVII. Para o autor, esta determina que as prioridades na vida das mulheres sejam o amor materno e conjugal. A mulher deveria viver exclusivamente para os filhos, o marido e o lar. Por sua vez, o homem dominava o espaço público. A família era numerosa e patriarcal, o homem era o provedor e a mulher responsável pelo equilíbrio da família (Rocha, 1994, p.28).

Tratando-se de famílias pobres, com sérios problemas sócio-econômicos e, na maioria das vezes, chefiadas por mulheres, estes padrões de estruturação familiar, ainda que modificados de acordo com as possibilidades de constituição (onde a mãe pode ser a avó ou o pai pode ser o tio mais velho), ainda assim, o “modelo dos sonhos”, continua presente nos conselhos das mães e das avós e no imaginário das meninas.

Entretanto, quanto ao homem, na atualidade modifica-se o pensamento com relação ao sustento da casa e da família, ele já não aparece como o único provedor do lar. O auxílio da mulher já é exigido neste sentido, ou seja, que auxiliem na complementação da renda para o sustento do lar. Em contrapartida, com relação aos cuidados com a prole, a mulher continua sendo a responsável, assim como dos cuidados com a casa e com o marido.

Alguns estudos apontam uma mudança comportamental por parte dos pais modernos, Porém, superar o modelo tradicional (pai provedor) pode ainda constituir forte desafio, como cita Maciel (1994):

*“(...) Apesar da manifestação dos anseios em conquistar um espaço maior para o exercício da paternidade em sua vida, o fato de ainda estar preso aos papéis socialmente preconizados retira este homem de cena, mantendo a potencialização dos atributos da mãe, frente à gravidez.”(Maciel, 1994, p.66).*

Este espaço, citado pela autora, diminui sobremaneira especialmente quando a condição econômica do pai adolescente não lhe permite “sustentar” a mulher e os filhos, como ele próprio desejaria ou como lhe é cobrado pela mulher e todo o resto da família. Assim, mesmo nos casos em que o pai está preparado ou desejoso de assumir junto ao seu filho um papel de cuidador, vê-se desautorizado pelos modelos tradicionais de pai-provedor, sem avaliar que esta postura lhe será

impossível no momento, já que por sua pouca idade e despreparo para o mercado de trabalho, não consegue manter nem a si mesmo, como afirma Levisky (1995):

*“O jovem desejoso de constituir seu próprio núcleo familiar, vê-se tolhido pela dependência econômica, pois ainda não concluiu seus estudos. Se trabalha, o que ganha não é suficiente para formar e sustentar uma nova família. Muitos se casam e vivem numa relação de dependência da família original, a qual por sua vez, se sente com certos direitos interferindo sobre a vida do jovem casal.”* (Levisky, 1995, p.21).

E nestes casos, talvez devido às dificuldades econômicas, geralmente anteriores ao nascimento e agravadas após a chegada do bebê, a família de origem, muitas vezes impede o jovem pai de participar, por ele não ter condições de auxiliar financeiramente. Não conseguindo reconhecer as vantagens do papel afetivo do pai para a jovem mãe e para a criança, entrando em discordância com o que explicita Trindade (1991), quando a autora discorre sobre as representações sociais da paternidade e da maternidade:

*“Em diversas áreas da atividade humana os pais são reconhecidos não só como afetivamente importantes para os filhos, como também aptos para providenciar todos os cuidados necessários para o seu bem-estar, inclusive aqueles que antigamente [eram] restritos exclusivamente às mães”* (Trindade, 1991, p.30).

No Brasil, sobretudo nas últimas duas décadas, a gravidez e a maternidade entre adolescentes vêm preocupando, especialistas, militantes e governantes nas áreas dos direitos reprodutivos e humanos. Entretanto, apesar do surgimento de algumas iniciativas nesse sentido, pouca atenção tem sido dada ao pai, particularmente ao adolescente carente, quanto a importância da sua participação no processo de gravidez e no cuidado para com os filhos.

Os jovens pais entrevistados são oriundos de famílias pobres que ainda carregam velhas práticas do discurso de que a mulher deve ser a mantenedora da moral e bem estar da família, sem dispensá-la do auxílio financeiro. Enquanto o homem, para nada mais serve que não ser o provedor das necessidades do lar.

Assim como, geralmente, são pais tão jovens que nem conseguem cuidar de si mesmos, são mantidos ou se mantêm, à

distância, inclusive, muitas vezes questionando, a verdadeira paternidade da criança. Sendo esta atitude corroborada pelas convenções sociais e internalizadas pelas famílias, inclusive as mais pobres, que a citam em forma de aforismos, como este citado por uma avó, inconformada com o casamento forçado de seu filho, ocasionado pela gravidez da namorada: “Filhos das minhas filhas, meus netos são, filhos dos meus filhos... serão ou não?”. Esta forma de pensamento justifica-se quando verificamos o que escreve Elizabete Bilac(1996), em seu texto “Mãe certa, pai incerto”:

Nossa legislação, herdeira do direito romano, concebia que:

*“(...) O homem só pode ter certeza de que é de fato pai do filho de uma mulher se tiver exclusividade sexual sobre ela, exclusividade suposta e protegida no casamento legal. Enquanto “mater semper certa est”, o pai é sempre presumido e deve ser legalmente reconhecido como tal” (Bilac, 1996, p.12).*

Deste modo, entre as classes menos favorecidas economicamente, a questão da paternidade ainda pode ser colocada como “presumível”, permitindo o afastamento do pai, caso este seja o seu desejo. E a mulher, por temer atitudes violentas ao acusar ou comprovar uma paternidade exigindo os direitos do filho, na maioria das vezes, assume para si a responsabilidade originada da “sempre certeza” de sua maternidade, pois as algemas das convenções sociais a impedem que ela se furte à criação do filho ou, no caso das adolescentes, delegando à própria mãe, avó da criança, a responsabilidade de criá-lo.

Pareceu-nos importante impetrar rápida análise de informações acerca do modo como vem sendo percebida e tratada a paternidade adolescente no Brasil, por diferentes teóricos. Como no livro “A parte do pai”, onde Geneviève Parceval discorda do termo “pai-mãe”, com que se designa o homem que se responsabiliza pela criação dos filhos, preferindo designá-lo de “homem-pai”, pois o que a autora defende é mostrar a face encoberta do tornar-se pai:

*“O pai de amanhã será um homem a quem serão devolvidas (e que construirá), no contato com o bebê e a criança, as reações complexas e ambivalentes até aqui reservadas apenas à mãe. Não será um pai-mãe, como dizem alguns, ele será na verdade, um homem-pai. Não se trata de uma mera e simples troca de lugares” (Parceval 1986, p.13).*

Porém, nos diversos seguimentos sociais, as dificuldades na constituição deste novo modelo de pai constantemente se apresentam, especialmente entre os rapazes pais do grupo pesquisado, cuja causa aponta o pouco nível de instrução aliado às idéias arraigadas no seio de suas famílias e no grupo de amigos, que nesta faixa etária norteiam muitas de suas ações e interferem no seu comportamento social.

Para os rapazes integrantes do grupo pesquisado, segundo suas declarações, a única preocupação quanto a não terem utilizado preservativos, que aparecem como limitadores do prazer, referia-se aos fatores DSTs e AIDS, a questão da paternidade, não apareceu como uma questão relevante. Quanto às meninas, esta foi a questão preponderante, aliada ao fato de que, agora com a maternidade, teriam que abdicar de seu tempo de lazer e da sua renda pessoal, tão logo conseguissem um trabalho, como na declaração de F. 17 anos: *“Agora não posso mais fazer o que eu fazia antes, tipo ficar no campo até tarde...ir pros bailes assim... tudo que eu for comprar tem que ser pra ele primeiro... agora é tudo pra ele!”*

A AIDS é a marca da insegurança que delimita a porção de prazer que nos é possível conquistar. No contexto pós-moderno da vivência do sexo, adolescente ou não, se estrutura numa interligação entre liberdade e insegurança. Embora Bauman não tenha se referido especificamente à questão das DSTs ou da AIDS, a reflexão do autor nos faz pensar, que a busca da provisão de prazer e felicidade do homem pós-moderno, tem se dado num contexto de mínima segurança. Aqui temos que considerar a especificidade “deste” ambiente, onde os mais jovens, particularmente as meninas, não têm a mínima idéia de seus direitos reprodutivos e sexuais.

A idéia dos direitos reprodutivos e sexuais surge a partir da luta das mulheres em busca da autonomia, onde apresentam-se como fundamentais a apropriação do próprio corpo e das vivências da reprodução e da sexualidade ao lado dos direitos clássicos: civis, políticos e sociais, trazendo para a arena da democracia os temas da vida

cotidiana e assim contribuindo para a humanização da esfera pública (Ávila -1999).

Porém, o direito ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, que deveria transparecer através de políticas públicas de qualidade nas áreas da saúde e da educação, que conseguissem atingir este público em especial, não o faz. O problema fundamental é a distância abissal que existe entre os assuntos discutidos nas conferências nacionais e internacionais e a população pobre do país. Como a Conferencia Internacional sobre população e desenvolvimento realizada no Cairo em 1994 e a IV Conferência Mundial da Mulher realizada em Beijing em 1995, que deram atenção especial à questão da sexualidade e da maternidade/paternidade na adolescência. Onde enfatizou-se o direito dos jovens à educação à informação e aos cuidados relacionados à saúde reprodutiva, tendo em vista a redução dos índices de gravidez na adolescência (Mioto, 2005, p.131).

Assim, as dificuldades ou recusa dos governos em cumprir as deliberações destas conferências, promovem a falta de informação das famílias pobres, onde homens e mulheres, meninos e meninas, crianças e idosos, enfim, toda uma população vive sem conhecimento dos direitos adquiridos através destes encontros, onde se recomenda políticas e programas, que muito raramente, quiçá nunca, chegam a atingir quem mais necessita.

Há que se pensar, ainda, que estas informações precisariam ser precedidas e/ou concatenadas a outros direitos, como cita Hubner (2000), quando a autora discorre sobre as necessidades sexuais, sociais e culturais dos jovens:

*“Foi recomendado aos países participantes a formulação de políticas e programas que tivessem como alvo a saúde reprodutiva das e dos adolescentes, considerando que os jovens podem assumir maior responsabilidade em suas vidas quando recebem adequada informação e têm acesso a serviços integrais que respondem às suas necessidades sexuais, sociais e culturais”* (Hubner, 2000, p.12).

Apesar da criação de programas como o PROSAD (Programa de Saúde do Adolescente), criado pela Portaria do Ministério da Saúde nº

980/GM de 21/12/1989, fundamentado numa política de Promoção de Saúde, de identificação de grupos de risco, detecção precoce dos agravos com tratamento adequado e reabilitação, respeitando as diretrizes do Sistema Único de Saúde, garantidas pela Constituição Brasileira de 1988. E da política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a informação e o acesso a esses benefícios, raramente atingem as mulheres e adolescentes das classes D e E, uma vez que estes programas e políticas estão alocados em lugares onde é preciso ter um mínimo de conhecimento de leis e benefícios, para não falarmos em condições de locomoção, a fim de poder desfrutá-los.

Mioto (2000), cita sua experiência de pesquisa junto a um grupo que a autora chama de "jovens famílias", pelo período de um ano, e relata ter descoberto as contradições entre a proteção da maternidade adolescente e o descaso público para com as jovens famílias. Onde, segundo a autora as informações levam a reafirmar a idéia que os riscos associados à gravidez na adolescência estão muito mais relacionados aos problemas de acesso aos serviços de saúde, ausência de rede de proteção e situação de pobreza das mães que às condições fisiológicas e psicossociais próprias da adolescência (Mioto, 2005, p.142).

Assim, conforme constatado por Mioto, quem assume na verdade os ônus da sobrevivência das jovens famílias são os pais/avós, assim como lhes foi imputada antes a responsabilidade de orientar esses jovens no início de sua vida sexual durante sua adolescência. A pergunta que se coloca é, se os pais destas famílias de origem não possuem, nem para si, o conhecimento necessário para precaver-se de um descontrole em sua própria taxa de natalidade, há que se prever as dificuldades que têm para orientar seus filhos e filhas, nesse sentido, e dificuldades maiores ainda na tarefa de apoiar e manter as novas famílias que vêm surgindo. Ao que, Mioto (2005) parece responder quando considera:

*“Cada vez mais observa-se a pauperização e a queda crescente da qualidade de vida das famílias, em contraposição a uma sobrecarga de tarefas e exigências. Tem sido requisitado das famílias de origem das adolescentes contínuos (re)arranjos a fim de poderem dar suporte para as jovens famílias. (...) A maternidade é considerada um problema privado e, conseqüentemente, a tendência é circunscrevê-lo ao âmbito familiar. Nesse sentido a realidade das*

*famílias estudadas coloca em xeque a própria constituição brasileira, que reconhece a família como base da sociedade e com especial proteção do Estado”*( Miotto, 2005, p.144)

Quando consideramos as dificuldades das famílias menos favorecidas socialmente ou, o que é ainda mais impactante, quando as conhecemos e vivenciamos juntamente com seus membros, percebe-se muito claramente o quanto tem sido prejudicial a “privatização” da gravidez na adolescência, cuja tendência, segundo Miotto, é restringir-se ao âmbito familiar. Percebe-se também o quanto essa restrição e seus resultados contrariam os preceitos constitucionais, que circunscrevem as famílias brasileiras sob a proteção “especial” do Estado, como oportunamente nos lembra a autora.

Se essas famílias têm um mínimo conhecimento das leis da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o desencanto e sensação de abandono, podem se tornar ainda maiores, uma vez que constatem o abandono do Estado e o (des)cumprimento de suas funções.

Deste modo, faz-se ainda mais difícil para o adolescente, cuja compreensão dos meandros sociais está apenas no início, avaliar as conseqüências da iniciação sexual precoce, e o que este ato poderá representar para a sua família, para ele próprio e para seus filhos, no futuro.

## 2.3 Sobre os/ as adolescentes e seus pontos de vista

Segundo a OMS, a adolescência é um período do desenvolvimento humano que se estende, aproximadamente, dos 10 aos 19 anos de idade, caracterizado por uma revolução bio-psico-social. Nesta fase da vida todas as transformações acontecem, simultaneamente, o biológico é bombardeado por hormônios, o psicológico está em transformação e o social, ou seja, sua “*interface*” com a comunidade e a sociedade, influi de todas as maneiras possíveis e imagináveis no seu comportamento. É um período de grande crescimento e transformações, onde tudo é vivido intensamente.

Segundo a definição do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, o período de adolescência situa-se entre doze e dezoito anos de idade.

Os estudiosos de Psicologia do desenvolvimento definem adolescência como o período mais especial da vida humana e alguns afirmam que o período de adolescência pode estender-se por vários anos. Definem-se estes, como sujeitos que deliberadamente se recusam a assumir as responsabilidades de uma vida adulta, no que são apoiados pelas famílias, eu diria, mais freqüentemente, pela mãe ou avó, que o permite continuar numa adolescência interminável. De acordo com Almeida (2003, p.74), muitos pais recusam-se a admitir que seus filhos vão crescer, retardam ou simplesmente recusam esse passo, com autoritarismo ou com hiperproteção, ou com permissividade e negligência.

Esquecendo-nos, por hora, das especificidades dos adolescentes estudados, neste tomo vamos nos ater à adolescência em seus aspectos gerais, baseados nos estudos psicológicos existentes relativos a este período da vida, considerando os principais teóricos desenvolvimentistas como: Freud ; Piaget; Erickson, Vigotsky e Levisky.

Os Psicólogos definem adolescência como um período de transição do estado infantil para o estado adulto. Nesta fase o jovem

geralmente apresenta comportamentos instáveis, variando suas ações e opiniões, num "experimental" que o levará a definição de sua identidade, o que parece ser o básico desta fase. O adolescente deve definir sua identidade em três níveis: sexual, profissional e ideológico.

Diversos tipos de identidades podem ser adotadas pelo jovem durante este processo, de acordo com suas novas aquisições, diante de situações novas ou em função do grupo circunstancial ao qual está ligado. Estas várias identidades refletem a luta do jovem pela aquisição do eu e definição da identidade adulta; se alternando ou coexistindo no mesmo período. Neste mesmo período, ele se identifica com grupos completamente diferentes entre si, procura afastar-se da família e integrar-se a outros grupos que lhes dêem a sensação de pertencimento, como exemplifica Cajado que afirma que o grupo de iguais lhe proporciona um sentido de relação íntima e um sentimento de força e poder muito importantes para ele (Cajado, 1990, p.81).

Assim, pode-se perceber que a influência do grupo produz modificações no comportamento dos adolescentes. Uma vez que cada integrante traz consigo aspectos diferenciados de educação familiar da infância, influenciando e sendo influenciado pelos seus pares. Neste sofrer e exercer influência social, muitos aspectos da aprendizagem infantil familiar são preteridos, sendo substituídos por outros adquiridos no contato grupal, para o bem ou para o mal do adolescente.

Segundo Levisky(1995) as mudanças internas, biológicas e psicológicas, que estão ocorrendo, têm reflexos sobre a vida afetiva e emocional dos jovens. Estas mudanças internas são acompanhadas por elementos que as exteriorizam como o aparecimento de pêlos pubianos e axilares, o desenvolvimento dos seios ou do pênis, a mudança da voz, o aumento da força muscular e a distribuição da gordura.

A desproporcionalidade do crescimento corporal, nesta fase, é visível. Os membros se alongam, os ângulos se salientam. A mudança quase que brusca não permite uma adaptação harmônica ao processo. O adolescente não só se sente desajeitado, como é desajeitado, por regular mal o domínio do corpo ao qual ainda não se adaptou, por isso fica

truculento ao mover-se e é constantemente alcunhado, pelos adultos, de “desastrado”. Para além das modificações corporais e comportamentais do adolescente, importa considerar que é também nesta fase que o(a) adolescente conhece a menarca, a primeira ejaculação e a masturbação.

Para além destas transformações visíveis, e relativamente fáceis de identificar, o adolescente vivencia ainda uma série de outros conflitos e sensações que Lira (2006) enumera da seguinte forma:

*A) Na puberdade ou adolescência inicial (11 a 14 anos)*

- *Nasce a intimidade (o despertar do próprio "eu").*
- *Crise de crescimento físico, psíquico e maturação sexual.*
- *Não há ainda consciência daquilo que se está a passar.*
- *Conhece pela primeira vez as suas limitações e fraquezas, e sente-se indefeso perante elas.*
- *Desequilíbrio nas emoções, que se reflete na sensibilidade exagerada e na irritabilidade de carácter.*
- *"Não sintoniza" com o mundo dos adultos*
- *Refugia-se no isolamento ou no grupo de companheiros de estudo, ou integra-se num grupo de amigos.*

*B) A adolescência média (13 a 17 anos)*

- *Do despertar do "eu" passa-se à descoberta consciente do "eu", ou da própria intimidade. A introversão tem agora lugar, pois o adolescente médio precisa viver dentro de si mesmo.*
- *Aparece a necessidade de amar. Costumam ter intensas amizades. Surge o "primeiro amor".*
- *A timidez é característica desta fase. Medo da opinião alheia, motivado pela desconfiança em si mesmo e nos outros.*
- *Conflito interior ou da personalidade.*
- *Comportamentos negativos, de inconformismo e agressividade para com os outros. Causados pela frustração de não poderem valer-se por si mesmos.*<sup>5</sup>

Este autor explicita ainda, que entre os 16 e os 22 anos, o adolescente/jovem começa a compreender-se, encontrar-se e integrar-se ao mundo onde vive. Embora este último item possa ser um ponto de discórdia, uma vez que as crianças, especialmente as nascidas em

<sup>5</sup> LIRA, Francisco Cardona, Catholic Net, Etapas da adolescência <http://paginaseducacao.no.sapo.pt/etapasdaadolescencia.htm>, capturado em 2006.

comunidades onde existe a violência, desde muito cedo integram-se ao mundo em que vivem e enquadram-se ao seu contexto social. Por ser este, muitas vezes, o diferencial entre viver e morrer.

A maioria dos adolescentes, não possui todas as informações necessárias para que se sinta tranqüilo em relação a tantas transformações concatenadas entre si, nem às suas dúvidas, ansiedades e vontades. Por serem, na maioria das vezes, realçadas pelos adultos, deixando-os com a auto-estima abalada gerando medo, angústia e vergonha.

O adolescente vive um período de angústias por ignorar o que se passa com ele, e que na verdade ele não admite ser com ele e sim com o resto da humanidade, inclusive com sua própria família, não é raro ouvir um adolescente dizer: *“não sei o que deu lá em casa, o pessoal tá super chato...”*. Embora estas duas últimas opções não estejam totalmente isentas de culpa, quanto à colaboração com as angústias dos adolescentes, devemos admitir que o período complicado, segundo especialistas, pelo excesso de hormônios, os faz superestimar as dificuldades que vivenciam nesta fase.

Entretanto, pode-se notar que este período da vida humana não traz apenas complicações e dilemas. Ocorrem também transformações importantes no nível da intelectualidade e do físico, a imagem corporal do adolescente aproxima-se mais à do adulto e ele ganha capacidade reprodutiva e desenvolvimento sexual. No entanto é relevante ressaltar que este desenvolvimento, bem como o entendimento do adolescente que o vivencia, dependerá sempre do contexto em que o encontraremos. A fim de que essa diferença fique explícita passamos a caracterizar a comunidade em foco, no capítulo a seguir.